

**AO JUÍZO DA XXX VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX/DF**

Processo n.: **XXXXXXX**
Apelante: **CURADORIA ESPECIAL**
Apalada: **EMPRESA XXXXXXXXX.**

A **CURADORIA ESPECIAL**, função institucional da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - na forma do artigo 72, inciso II, do Código de Processo Civil c/c artigo 4º, inciso XVI, da Lei Complementar n. 80/1994 - vem, na defesa dos interesses processuais de **EMPRESA XXXXXXXXX. ME**, à presença desse Juízo, com fulcro nos artigos 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil, interpor recurso de

APELAÇÃO

em face da Sentença, de fls. 117/118, pelos motivos que seguem acostados às razões recursais, requerendo, desde já, seu conhecimento e o encaminhamento deste às instâncias superiores para os devidos efeitos legais - **independentemente de preparo**, eis que a parte está representada pela Curadoria Especial.

XXXXX - DF, 19 de June de 2023.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXX E DOS
TERRITÓRIOS**

Processo n.: **XXXXXXXXXX**
Apelante: **CURADORIA ESPECIAL**
Apalada: **EMPRESA XXXXXXXX.**

RAZÕES DE APELAÇÃO

**Colenda Turma,
Eméritos Julgadores,**

I - DO CONTEXTO DA DEMANDA

Em breve síntese, trata-se de Ação de Cobrança pelo Rito Ordinário (fls. 2/24), na qual a recorrida afirma que, em função do inadimplemento contratual de 10 parcelas de um contrato de compra e venda tácito, celebrado em XX/XX/XX, seria credora do valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX), que atualizado, com juros de mora de 1% a.m. e multa de 2% somaria a monta de XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) (fl. 3).

A recorrente foi citada por edital (fls. 66 e 110) e a Curadoria Especial apresentou Contestação (fls. 80 e 111). Não houve Réplica (fl. 114).

A Sentença de fls. 117 e 118 julgou pela procedência dos pedidos feitos pela recorrida, por entender que os documentos apresentados foram suficientes para o convencimento do juízo. Confira-se trecho da sentença:

(...)

No ponto, razão assiste à parte autora. Exponho os motivos do meu convencimento. Muito embora a ré seja revel, é certo que a contestação por negativa geral possibilitada à Curadoria de Ausentes pelo art. 341, parágrafo único, do Diploma Processual vigente tem o condão de afastar os efeitos da revelia, ilidindo a automática presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor (NCPC, art. 344).

Todavia, no caso em apreço, **a autora colacionou aos autos provas aptas a sustentar sua pretensão, notadamente a nota fiscal relativa aos equipamentos fornecidos à ré (fl. 7), que demonstra, de forma suficiente, a relação jurídica havida entre as partes.**

O montante da dívida e os encargos incidentes ao caso também estão adequadamente demonstrados no mencionado documento fiscal e na planilha de fl. 6.

Portanto, a procedência é de rigor.

(...)

Ante o exposto, ao tempo em que resolvo o mérito da demanda (NCPC, art. 487, I), **JULGO PROCEDENTE** o pedido para condenar a ré ao pagamento de 21.638,31 (vinte e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos), com correção monetária e juros de mora de acordo com a planilha de fl. 6, a partir da data da última atualização (8/9/2015). Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação (CPC/73, art. 20, § 3º).

(...)

Ocorre que tal provimento jurisdicional não merece prosperar, conforme será demonstrado a seguir.

II - DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

É certo que a tempestividade é requisito objetivo de admissibilidade do recurso, sendo que não se conhece de apelo interposto fora do prazo legal.

Não menos certo é que, nos termos do artigo 1003, §5 do Código de Processo Civil, o prazo para a interposição do recurso de apelação é de 15 (quinze) dias.

Partindo dessa premissa, de se ver que o apelante é assistido pela **Defensoria Pública do Distrito Federal** que, por sua vez, goza das prerrogativas da **vista pessoal dos autos e da contagem em dobro de todos os prazos** nos termos do §1º do artigo 186 do CPC.

Destarte, tem-se que o presente recurso é tempestivo, visto que a fluência do prazo para a interposição de tal iniciou-se apenas em 18 de agosto de 2017, primeiro dia útil subsequente à data em que os autos foram recebidos na secretaria da Defensoria Pública (fl. 120). Assim, **o prazo se extinguirá somente no dia X de XXXXX de XXXX.**

Portanto, como fora apresentada antes desta data, revela-se tempestiva a presente peça recursal.

III - DAS RAZÕES RECURSAIS

Conforme se vê da exposição acima, o juízo *a quo* formou seu convencimento com base nas provas constantes nos autos às fls. 5/24. Ocorre que **não é possível extrair dos documentos juntados pela recorrida que houve a efetiva entrega dos equipamentos à recorrente, já que há somente a nota fiscal sem assinatura do recebedor** (fl. 7).

A própria decisão da fl. 89 determina que a recorrida junte aos autos o referido documento, porém não houve manifestação, como atesta a fl. 98. Ainda assim, optou-se por julgar pela procedência dos pedidos iniciais, incorrendo em imensa contradição, pois o próprio juízo havia reconhecido a importância desse documento.

Sem a devida comprovação da entrega, não há como imputar à recorrente a obrigação de pagar, sob pena de ferir um dos princípios basilares do Direito dos Contratos, qual seja, a exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*), previsto no artigo 476 do Código Civil, veja-se:

Art. 476. Nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
(...)

Isso porque o Direito brasileiro não permite que uma parte que não tenha cumprido sua obrigação exija a adimplência da outra parte. Nota-se que, no caso em tela, **a recorrida exige o pagamento pela recorrente dos equipamentos objeto do contrato, mas não comprovou que cumpriu sua obrigação de entregar os equipamentos.**

Ignorar esse princípio é corroborar com o enriquecimento sem causa da recorrida, conduta prevista no artigo 884 do Código Civil, já que não provou ter cumprido a sua obrigação, mas deseja que a recorrente cumpra a dela e pague o valor anteriormente acordado:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o

indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Ora, se **não há como provar que o contrato foi cumprido pela recorrida, ante a ausência da comprovação da entrega dos equipamentos, não há como cobrar o valor que a recorrida alega ser devido pela recorrente.** Fazê-lo seria uma injustiça sem tamanho.

Tanto assim, que **a jurisprudência do C. STJ se pacificou no sentido da inviabilidade de cobrança de duplicata sem comprovação de entrega da mercadoria** - conclusão esta que *mutatis mutandis* se aplica ao caso em comento - *verbis*:

RESPONSABILIDADE CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO. **DUPLICATA SEM ACEITA.[SIC] AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ENTREGA DE MERCADORIA.** REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. **Na ausência do aceite na duplicata mercantil, deve haver alguma prova que demonstre que a mercadoria indicada na nota fiscal foi efetivamente entregue ao suposto devedor, o que não está evidenciado nos autos.** 2. O acolhimento da pretensão recursal, a fim de afastar a nulidade do título de crédito, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1052359/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE DESCONSTITUIÇÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. **COMPROVAÇÃO DA RELAÇÃO**

JURÍDICA SUBJACENTE À EMISSÃO DA DUPLICATA. PROVA DA ENTREGA DAS MERCADORIAS. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido analisou todas as questões pertinentes para a solução da lide, pronunciando-se, de forma clara e suficiente, sobre a controvérsia estabelecida nos autos.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. **O Tribunal de origem, examinando a prova dos autos, concluiu que não foi comprovada a relação de compra e venda cujo valor se cobra no título impugnado, tampouco se comprovou a entrega da mercadoria.** Alterar tal entendimento demandaria nova análise da prova dos autos, inviável em recurso especial.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 268.336/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 30/03/2016);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DUPLICATA SEM ACEITE. PROTESTO DO TÍTULO. COMPROVANTE DE ENTREGA DAS MERCADORIAS.

INSTRUMENTO HÁBIL A EMBASAR A EXECUÇÃO. PRECEDENTES. SÚMULA N.

83/STJ. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ALCANÇADAS. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. **A orientação adotada pela Corte Estadual encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Casa, firmada no sentido de que a duplicata sem aceite, desde que devidamente protestada e acompanhada dos comprovantes de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço, constitui documento idôneo a embasar a execução.** Incidência da Súmula n. 83/STJ.

2. No tocante a ausência de assinatura da duplicata, elucidou a Corte Estadual que, "embora não se tenha juntado aos autos a procuração que outorgava poderes para tal assinatura no momento da propositura da execução, constata-se que o instrumento público de procuração foi acostado aos autos (fls. 171/172 - TJ), sendo datado de 04.06.2008, ou seja, anterior à emissão da duplicata. Portanto, referida questão resta suprida na medida em que foi acostado aos autos a procuração que lhe conferia

poderes para tanto". Esses fundamentos não foram refutados nas razões do especial ou do agravo regimental, situação que atrai o óbice descrito no enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 745.067/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 01/04/2016)

Assim, em que pese o entendimento proferido pelo juízo de primeiro grau, a verdade é que **a recorrida não logrou êxito em comprovar os fatos constitutivos de seu direito**. O Código de Processo Civil, no artigo 373 traz importante regra da sistemática processual, no que se refere à incumbência do ônus prova:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:
I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;
(...)

Por outro lado, considerando que a recorrente sob a representação da Curadoria Especial, fica ela desonerada do ônus da impugnação especificada, nos termos do parágrafo único do artigo 341 do Código de Processo Civil, confira-se:

Art. 341. Incumbe também ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, salvo se:
(...)

Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

Dessa maneira, no caso vertente, quem está incumbida de provar seu direito é a recorrida.

Em que pese tal fato, o que se verifica é que **o juízo monocrático presumiu a veracidade dos fatos alegados pelo autor pelo simples fato de o requerido não ter impugnado especificamente os fatos alegados na inicial**, violando destarte, o permissivo legal contido no parágrafo único do artigo 341 do Código de Processo Civil, que confere à Curadoria Especial a faculdade de apresentar contestação por negativa geral.

Nesse sentido, vale o destaque para os julgados abaixo com o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios sobre o tema em discussão e, logo após, a confirmação desse posicionamento pelo Superior Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPOSIÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL. ALEGAÇÃO DE FRAUDE. FALSIFICAÇÃO DE ASSINATURA. CONTRARRAZÕES. PEDIDO DE REFORMA. IMPOSSIBILIDADE. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. DEPOIMENTO PESSOAL DO RÉU. DESNECESSIDADE. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR. COMPROVAÇÃO. INEXISTÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. SENTENÇA MANTIDA.

1. Incabível pretensão de reforma da sentença em sede de contrarrazões recursais, as quais visam tão somente à impugnação das razões formuladas no recurso interposto, não podendo ser transformadas em recurso adesivo.

2. O juiz é o destinatário final da prova, de modo que, não tendo utilidade a produção da prova oral (depoimento pessoal do réu) e de perícia grafotécnica em relação a um dos réus, requeridas pelo autor, o seu indeferimento não gera cerceamento de defesa. Preliminar rejeitada.

3. À Curadoria Especial, atuando em substituição processual da parte ré, não se aplica a regra quanto ao ônus da impugnação especificada dos fatos, podendo contestar a ação por "negação

geral". Portanto, não há que se falar em inércia pela não impugnação de determinado fato alegado pelo autor.

4. Inexiste fato incontroverso quando demonstrado que todos os réus resistiram à pretensão autoral.

5. A inércia da parte quanto à apresentação da documentação necessária à realização da perícia grafotécnica, mencionada pelo expert, no prazo assinalado judicialmente, configura hipótese de desistência tácita da produção de prova pericial.

6. Não tendo a parte autora obtido êxito em fazer prova da falsificação de sua assinatura em documento em que seu nome foi utilizado para compor quadro societário de sociedade empresarial mostra-se incensurável a r. sentença que julgou improcedente o pedido inicial, tendo em vista a falta de comprovação dos fatos constitutivos do direito alegado, em desatenção à regra contida no art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil.

7. Não se cogita de descumprimento da regra constante do art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil, o qual dispõe que incumbe ao réu a prova quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, se este direito sequer restou demonstrado.

8. Apelação conhecida, preliminar rejeitada, e, no mérito, não provida. (TJDFT, Acórdão n.902368, 20080110043213APC, Relator: SIMONE LUCINDO, Revisor: NÍDIA CORRÊA LIMA, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 21/10/2015, Publicado no DJE: 29/10/2015. Pág.: 157)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DECISÃO. NULIDADE DO PROCESSO. APÓS SENTENÇA. CITAÇÃO. HORA CERTA. ART. 227 DO CPC. REQUISITOS CUMPRIDOS. VÁLIDA. RÉU REVEL. CURADOR ESPECIAL. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO. ART. 9º DO CPC. NULIDADE.

1. Agravo de instrumento contra sentença que reconheceu a nulidade do processo, por entender que não foram observadas as regras da citação por hora certa e pela ausência de designação de curador especial ao réu revel citado fictamente.

2. "Quando, por três vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar" (art. 227 do CPC). 2.1. A citação por hora certa é válida, pois os

requisitos foram devidamente cumpridos. 2.2. No caso, foram três tentativas de citação e por suspeita de ocultação, certificada pelo oficial de justiça, foi realizada citação por hora certa. Acrescenta-se ainda que a carta de intimação foi encaminhada ao réu em duas oportunidades distintas. 2.3. Precedente do STJ, REsp 673945/SP. 2.4 Doutrina. Fredie Didier. Trata-se de "hipótese de citação ficta ou presumida", que possui os seguintes pressupostos, procedimentos e complemento: "Pressupostos: a) objetivo: procura do réu por três vezes em dias distintos (aplicação analógica do parágrafo único do art. 653 do CPC) em seu domicílio ou residência sem encontrá-lo; b) subjetivo: suspeita de ocultação; o oficial deverá, pois, indicar expressamente os fatos evidenciadores da ocultação maliciosa. Procedimento (art. 228): a) o oficial intimará qualquer pessoa da família ou, em sua falta, vizinho que, no dia imediato, voltará a fim de efetuar a citação na hora que determinar - o terceiro há de ser pessoa capaz, de nada valendo a intimação se se tratar de criança ou interdito; b) hipótese de desfazimento da suspeita: citação normal; c) hipótese de a pessoa, a quem se pôs a hora certa (pessoa da família ou vizinho) não estar presente no momento marcado: não importa. Complemento: envio de correspondência pelo escrivão (art. 229) ao citado. Muito embora obrigatória, essa comunicação não integra os atos de solenidade da citação".

3. O juiz dará curador especial ao réu revel citado por hora certa (art. 9º, II do CPC). 3.1. A nomeação de curador é norma imperativa, que visa garantia de contraditório e ampla defesa. 3.2. No caso, após a citação por hora certa, e certificada a ausência de resposta do réu, o juiz deveria ter designado curador especial. No entanto, proferiu sentença e somente após oportunizou vista dos autos à curadoria especial. 3.3. Com isso, houve cerceamento de defesa do réu, motivo pelo qual permanece a nulidade do processo depois da citação válida.

4. Precedente do C. STJ. 4.1 "1. Quando o revel é citado por edital ou com hora certa, modalidades de citação ficta, o Código de Processo Civil exige que àquele seja dado curador especial (artigo 9º, II), a quem não se aplica o ônus da impugnação específica (artigo 302, parágrafo único, do mesmo diploma processual). 4.2.. A nomeação de curador especial, então, é imperativa, cogente, porque sobre a citação ficta (seja por hora certa, ou pela via editalícia) pesa a presunção de que poderá o réu não ter tido efetivo conhecimento da existência da demanda. Visa, portanto, garantir o contraditório efetivo e real quando não

se tem certeza de que o réu tomou ciência da ação em face dele aforada. Trata-se de múnus público imposto com o objetivo de preservar o direito de defesa, consubstanciando a bilateralidade do processo. Precedentes 4.3. Cumpre destacar que se reveste de nulidade absoluta a sentença que viola o princípio constitucional e direito fundamental de garantia ao contraditório e à ampla defesa (artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal), corolário do princípio do devido processo legal, caracterizado pela possibilidade de resposta e a utilização de todos os meios de defesa em direito admitidos. 4.4 Agravo regimental desprovido". (STJ, AgRg no REsp 1089338/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 17/12/2013, DJe 04/02/2014).

5. Agravo parcialmente provido para reconhecer validade da citação por hora certa. 5.1. No entanto, permanece a nulidade parcial do processo depois desta fase, diante da ausência de designação de curador especial ao réu revel citado fictamente.

(TJDFT, Acórdão n.781357, 20130020308115AGI, Relator: JOÃO EGMONT 5ª Turma Cível, Data de Julgamento: 23/04/2014, Publicado no DJE: 29/04/2014. Pág.: 153)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS - DECISÃO MONOCRÁTICA CONCEDENDO PROVIMENTO AO APELO NOBRE, PARA RECONHECER A NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS SEM A INTERVENÇÃO DO CURADOR ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Quando o revel é citado por edital ou com hora certa, modalidades de citação ficta, o Código de Processo Civil exige que àquele seja dado curador especial (artigo 9º, II), a quem não se aplica o ônus da impugnação específica (artigo 302, parágrafo único, do mesmo diploma processual).

1.1. A nomeação de curador especial, então, é imperativa, cogente, porque sobre a citação ficta (seja por hora certa, ou pela via editalícia) pesa a presunção de que poderá o réu não ter tido efetivo conhecimento da existência da demanda. Visa, portanto, garantir o contraditório efetivo e real quando não se tem certeza de que o réu tomou ciência da ação em face dele aforada. Trata-se de múnus público imposto com o objetivo de preservar o direito de defesa,

consubstanciando a bilateralidade do processo. Precedentes.

1.2. Cumpre destacar que se reveste de nulidade absoluta a sentença que viola o princípio constitucional e direito fundamental de garantia ao contraditório e à ampla defesa (artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal), corolário do princípio do devido processo legal, caracterizado pela possibilidade de resposta e a utilização de todos os meios de defesa em direito admitidos.

2. Agravo regimental desprovido.

(STJ, AgRg no REsp 1089338/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 17/12/2013, DJe 04/02/2014).

Toda a argumentação acima leva à conclusão de que é imperioso que haja a reforma da Sentença, de modo julgar os pedidos iniciais improcedentes, ante a ausência de comprovação da entrega dos equipamentos.

III - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer o conhecimento do presente recurso e seu provimento para que seja reformada a sentença impugnada e que sejam julgados improcedentes os pedidos da exordial.

Pugna-se, ainda, pela inversão do ônus de sucumbência, devendo as custas e honorários advocatícios ser arbitrados a favor do PRODEF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital n. 744/2007) e depositados no Banco XXXXX S.A, código do banco XXX, Agência n. XXX, Conta nXXX, PRODEF.

XXXX - DF, 19 de June de 2023.

FULANO DE TAL

DEFENSOR PÚBLICO